



VIII SINGEP

Simposio Internacional de Gestao de Projetos, Inovacao e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: INCENTIVOS E IMPACTOS

*URBAN AND PERIURBAN AGRICULTURE IN THE CITY OF SÃO PAULO: INCENTIVES
AND IMPACTS*

FERNANDA MARIA DA SILVA
UNIFESP - UAB

SOLANGE ALVES DUARTE DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Nota de esclarecimento:

Comunicamos que devido à pandemia do Coronavírus (COVID 19), o VIII SINGEP e a 8ª Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) foram realizados de forma remota, nos dias **01, 02 e 03 de outubro de 2020**.

Agradecimento à orgão de fomento:

Ao Programa de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP, em parceria com o Programa UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB, instituído pelo Ministério da Educação/MEC, no âmbito do Programa 1061 – Brasil Escolarizado, ação 8426 – Formação Inicial e Continuada a Distância com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: INCENTIVOS E IMPACTOS

Objetivo do estudo

Verificar se a agricultura urbana e periurbana realizadas na Cidade de São Paulo são incentivadas pela Gestão Pública e se esse tipo de atividade, gera impactos nos territórios onde são desenvolvidas.

Relevância/originalidade

Acreditando que esse tipo de atividade tem potencial para incentivar o resgate da cidadania e da sustentabilidade urbana, a proposta desta pesquisa foi a de analisar as ações, projetos e programas em desenvolvimento no município de São Paulo, em especial no campo da agricultura urbana e periurbana, como estas tem sido desenvolvidas, quais os impactos observados a partir das experiências já realizadas e quais os desafios existentes. A escolha do tema é justificada por sua importância, pois verifica-se que a agricultura urbana e periurbana vem ganhando destaque na sociedade nos últimos anos, devido ao seu potencial em prestar múltiplas funções, contribuindo no contexto ambiental, social e econômico, minimizando alguns desafios que as cidades enfrentam.

Metodologia/abordagem

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada uma abordagem qualitativa com delineamento descritivo a partir de uma pesquisa bibliográfica. Em diversos momentos fomos direcionados a uma pesquisa documental considerando que durante o processo foram realizadas leituras e análises de diversos conteúdos, tais como legislação, dados estatísticos, além da consulta de sites e reportagens específicas com as temáticas: agricultura urbana e periurbana e gestão pública.

Principais resultados

Concluiu-se com esta pesquisa que a prática agrícola, também contribui para o fortalecer vínculos sociais onde por vezes as pessoas permanecem no isolamento. Verifica-se que a agricultura praticada no perímetro da Cidade, gera alimento, trabalho e renda e beneficia indiretamente outras famílias e a comunidade onde está inserida. Além disso, incentiva o desenvolvimento local a possibilita entre vários fatores, a economia solidária, a educação ambiental, alimentar e a autonomia, porém o incentivo da gestão pública para o desenvolvimento da agricultura periurbana, ainda é frágil e enfrenta desafios para a sua efetivação, enquanto política social com rebatimento nas políticas urbanas. Os impactos dessa atividade agrícola urbana, são comprovados, mas devem estar atrelada a outras ações que busquem a resolução desses e de outros desafios contemporâneos.

Contribuições teóricas/metodológicas

A pesquisa dialoga com SANTANDREU e LOVO que afirmam que a agricultura urbana e periurbana, é um conceito multidimensional que ocorre nos espaços intraurbanos ou periurbanos das cidades e inclui-se nesse tipo de atividade os produtos agrícolas, principalmente, hortaliças, frutas e ervas medicinais, além de animais de pequeno e médio porte. O estudo trás como contribuição a experiência do extremo sul da cidade de São Paulo.

Contribuições sociais/para a gestão

Considerada uma iniciativa inovadora para estabelecer uma relação sustentável entre as áreas urbana e rural a partir dos diversos pontos envolvidos na cadeia da agricultura que inclui a segurança alimentar, o desenvolvimento urbano, ambiental, trabalho e empreendedorismo sustentável, alimentação escolar e resíduos sólidos, além de aprimorar suas relações com o meio rural e urbano.

Palavras-chave: Agricultura Periurbana, Gestão Pública, São Paulo, Ligue os Pontos



VIII SINGEP

Simposio Internacional de Gestao de Projetos, Inovacao e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



URBAN AND PERIURBAN AGRICULTURE IN THE CITY OF SÃO PAULO: INCENTIVES AND IMPACTS

Study purpose

To verify if urban and peri-urban agriculture carried out in the City of São Paulo are encouraged by Public Management and if this type of activity generates impacts in the territories where they are developed

Relevance / originality

Believing that this type of activity has the potential to encourage the rescue of citizenship and urban sustainability, the purpose of this research was to analyze the actions, projects and programs under development in the municipality of São Paulo, especially in the field of urban and peri-urban agriculture, how these have been developed, what are the impacts observed from the experiences already carried out and what are the existing challenges. The choice of the theme is justified by its importance, as it appears that urban and peri-urban agriculture has been gaining prominence in society in recent years, due to its potential to provide multiple functions, contributing to the environmental, social and economic context, minimizing some challenges that cities face.

Methodology / approach

For the development of this research, a qualitative approach was carried out with a descriptive design based on a bibliographic research. At various times we were directed to a documentary research considering that during the process readings and analyzes of various contents were carried out, such as legislation, statistical data, in addition to the consultation of websites and specific reports with the themes: urban and peri-urban agriculture and public management.

Main results

It was concluded with this research that the agricultural practice, also contributes to the strengthening of social bonds where sometimes people remained in isolation. It appears that the agriculture practiced in the perimeter of the City, generates food, work and income and indirectly benefits other families and the community where it is inserted. In addition, it encourages local development to make it possible among several factors, the solidarity economy, environmental education, food and autonomy, but the incentive of public management for the development of periurban agriculture, is still fragile and faces challenges for its effectiveness, as a social policy with an impact on urban policies. The impacts of this urban agricultural activity are proven, but they must be linked to other actions that seek to solve these and other contemporary challenges.

Theoretical / methodological contributions

The research dialogues with SANTANDREU and LOVO who state that urban and peri-urban agriculture is a multidimensional concept that occurs in intra-urban or peri-urban spaces in cities and includes agricultural products, mainly vegetables, fruits and medicinal herbs, in this type of activity, in addition to small and medium-sized animals. The study brings as a contribution the experience of the extreme south of the city of São Paulo.

Social / management contributions

Considered an innovative initiative to establish a sustainable relationship between urban and rural areas from the various points involved in the agriculture chain that includes food security, urban and environmental development, sustainable work and entrepreneurship, school meals and solid waste, in addition to improve your relations with the rural and urban environment

Keywords: Peri-urban Agriculture., Public Administration, São Paulo, Connect the Dots.



1. Introdução

O espaço urbano em sua trajetória histórica é palco de contradição entre a concentração de riqueza nos grandes centros e um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade social nas regiões mais periféricas e estes últimos, sofrem por falta de trabalho e alimentação. A atividade agrícola urbana e periurbana surge como fonte alternativa de alimentação saudável e geração de renda. Além disso, vêm se destacando nos últimos anos, devido ao seu potencial em prestar múltiplas funções, ampliando suas contribuições no que se refere a promoção de hábitos saudáveis, consciência quanto a sustentabilidade e inclusão social.

O município de São Paulo possui as áreas mais urbanizadas do Brasil, no entanto, é possível verificar que ainda tem uma forte interação com as áreas rurais, tornando-as mistas e articuladas.

Para o desenvolvimento da Agricultura urbana e periurbana existem diversos desafios, principalmente estrutural, como a viabilização de áreas públicas para a implantação de projetos de hortas, acesso a microcréditos, financiamento de maquinários e insumos, logística, entre outros. Verifica-se que em termos gerais, o apoio governamental a este tipo de atividade é recente e ainda frágil, seja devido a burocracia administrativa governamental ou pela falta de percepção quanto ao potencial desta atividade.

Acreditando que esse tipo de atividade tem potencial para incentivar o resgate da cidadania e da sustentabilidade urbana, a proposta desta pesquisa foi a de analisar as ações, projetos e programas em desenvolvimento no município de São Paulo, em especial no campo da agricultura urbana e periurbana, como estas tem sido desenvolvidas, quais os impactos observados a partir das experiências já realizadas e quais os desafios existentes. A escolha do tema é justificada por sua importância, pois verifica-se que a agricultura urbana e periurbana vem ganhando destaque na sociedade nos últimos anos, devido ao seu potencial em prestar múltiplas funções, contribuindo no contexto ambiental, social e econômico, minimizando alguns desafios que as cidades enfrentam.

2. Referencial Teórico

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), 1948, a alimentação é um direito humano fundamental e por isso uma condição inalienável dos povos. No entanto, questões relacionadas com a insegurança alimentar e a pobreza, fazem parte do cotidiano de muitas famílias em todo o mundo, inclusive nas áreas urbanas e periféricas das cidades.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 1999, a agricultura urbana vem desempenhando um papel importante no desenvolvimento humano e na alimentação da população urbana, garantindo muitas vezes a sua sobrevivência.

Drescher (2000), aponta que a crise econômica global, o rápido crescimento da população e o êxodo rural, desencadearam o início da atividade de produção agrícola nas cidades de muitos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. E esta produção não teria tanto destaque se não existisse uma escassez de oportunidades para obtenção de renda e acesso a produtos agrícolas em quantidades e qualidade.

Segundo Aquino e Assis (2007) este tipo de agricultura, não é uma atividade recente, pois de alguma forma, esteve presente nas áreas urbanas e periféricas das cidades através de hortas familiares e comunitárias, seja de forma espontânea, informal ou para subsistência.



A agricultura urbana e periurbana, segundo Santandreu (2007, p. 5) “é um conceito multidimensional que ocorre nos espaços intraurbanos ou periurbanos das cidades”. Inclui-se nesse tipo de atividade os produtos agrícolas, principalmente, hortaliças, frutas e ervas medicinais, além de animais de pequeno e médio porte. A produção normalmente é destinada ao autoconsumo, trocas e doações ou são comercializados (SANTANDREU e LOVO, 2007).

Allen (2006), pontua que poucas pesquisas estão voltadas especificamente para a definição de periurbano, no entanto, esta agricultura desenvolvida nas periferias, vai além dos limites urbanos e sobrevive em meio a um processo dinâmico de transformações físicas, econômicas e sociais entre o rural e o urbano. Para a autora o periurbano possui um sistema ecológico e socioeconômico distinto, pois apresenta condições institucionais diferentes, deparando com a ausência de equipamentos e serviços públicos.

Segundo Coutinho e Costa (2011) as áreas periurbanas, geralmente são habitadas, por pessoas de baixa renda. E parte desta população deslocou-se do meio rural, muitas vezes expulsas do seu local de origem, na busca de outras oportunidades na cidade, no entanto, foram absorvidos dentro das regiões periféricas urbanas.

Conforme o Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil (2007), a maior parte das regiões analisadas apresentam diversos problemas urbanos, como falta de saneamento básico, excesso de lixo, mobilidade urbana, dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação, entre outros. Esses problemas são reflexos do crescimento acelerado e desordenado e provocam situações de exclusão social e econômica, desencadeando muitas vezes, problemas de desnutrição, doenças, violência urbana e a segregação social.

Ainda para Santandreu e Lovo (2007) a agricultura urbana e periurbana são praticadas em todas as regiões do Brasil, cada uma com sua especificidade e diversidade de contextos. Como exemplo temos a cidade de São Paulo que segundo Valdiones (2013) vem ganhando espaço nos últimos anos, principalmente nas áreas periféricas do norte, leste e sul.

No entanto, a autora destaca que as famílias envolvidas com a atividade agrícola no município, deparam-se com um quadro pouco favorável, pois esta atividade não é reconhecida pelo planejamento urbano e nem pelas políticas agrícolas, o que impossibilita sua regulamentação e a mantenha na informalidade, limitando sua produtividade.

Os espaços utilizados para desenvolver esse tipo de agricultura, podem ser privados ou públicos, como por exemplo: quintais, lajes de residências, escolas públicas, terrenos vazios, margens de avenidas, redes de transmissão de alta-tensão, entre outros.

Santandreu e Lovo (2007), destacam o envolvimento de participantes de experiências promovidas pelos movimentos sociais urbanos e rurais, formados por mulheres e homens com renda baixa e média, nível educacional baixo e médio, mais com uma importante formação e capacidade de mobilização social e política.

Giacché (2015) nos relembra que na Cidade de São Paulo, o apoio governamental para o desenvolvimento da agricultura urbana, surgiu na década de 1980, quando o governador Franco Montoro implantou projetos de hortas em espaços públicos, não utilizados, como os terrenos da ELETROPAULO, da TRANSPETRO e da SABESP. Porém apenas em 2004, o município criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), aprovado pela Lei Municipal nº 13.727/04. Este foi um marco que possibilitou–legalizar as práticas e iniciativas de atividade agrícola em áreas urbanas. No entanto, as mudanças de gestão, as dificuldades orçamentais e os problemas quanto a burocracia administrativa governamental, induziram as comunidades e organizações a buscar também outras alternativas para desenvolver seus projetos (SANTANDREU e LOVO, 2007).

Giacché (2015) destaca que em 2009, a cidade de São Paulo assinou a plataforma internacional em defesa das águas e foi criado o Pacto das Águas aderindo ao projeto, diante da necessidade de proteger e produzir águas para a metrópole. A partir desse acordo, apresentou-



se o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável - Agricultura Limpa, em consonância com o Protocolo de Boas Práticas Ambientais, firmado entre os governos Estadual e Municipal de São Paulo.

Em 2014, após uma série de consultas à população e audiências públicas, foi aprovada a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e aprovada a Lei nº 16.050/14, que traz uma série de diretrizes para orientar o desenvolvimento e o crescimento da cidade até 2030. A promoção à atividade agrícola aparece, no plano em vários capítulos da legislação, ampliando os olhares sobre a cidade e revelando a existência de “espaços agrícolas” em área considerada altamente urbanizada.

Segundo Machado e Machado (2012), são inúmeros os exemplos de projetos e programas que se destacam na atividade agrícola como por exemplo as hortas comunitárias em terrenos urbanos, as feiras de produtores para a comercialização direta e as cooperativas urbanas de processamento de alimentos no município de São Paulo.

Ainda Valdiones (2013) afirma que a Agricultura Urbana e Periurbana vem se destacando na cidade de São Paulo nos últimos anos, principalmente nas áreas periféricas das regiões leste e sul. E isto se confirma com Ramos (2014), quando relembra que com a aprovação do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, surgiram novas perspectivas de ordenamento territorial, com perspectivas de unir a prática da agricultura urbana com as questões social, econômica e ambiental.

Diante deste cenário, a proposta deste estudo foi de apresentar como o município de São Paulo vem tratando o tema Agricultura Urbana e Periurbana, avaliando áreas da periferia da região sul da cidade de São Paulo, observando os impactos e desafios presentes.

3. Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada uma abordagem qualitativa com delineamento descritivo a partir de uma pesquisa bibliográfica. Em diversos momentos fomos direcionados a uma pesquisa documental considerando que durante o processo foram realizadas leituras e análises de diversos conteúdos, tais como legislação, dados estatísticos, além da consulta de sites e reportagens específicas com as temáticas: agricultura urbana e periurbana e gestão pública

Para Gil (1999), a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, pois a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores e a documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas conforme o objeto da pesquisa.

Este trabalho apresenta o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Os primeiros apoios governamentais no município de São Paulo para esse tipo de atividade agrícola e as dificuldades e modificações ocorridas, ao longo do processo. O recorte temporal foi do período entre o ano de 1980 e 2019. Além da legislação pertinente e dos programas que estão em atuação para incentivar desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana Cidade de São Paulo. Por fim, verificamos também como a gestão pública do município de São Paulo, promove o desenvolvimento sustentável do território e como incentiva a atividade agrícola nas periferias da região sul da Cidade de São Paulo. Confirmando ou não, se a produção parcial de alimentos na cidade, tem impactos para além da alimentação em si.



4. Análise dos Resultados

A área de investigação desta pesquisa foi o extremo sul da cidade de São Paulo, região caracterizada como área rural, localizada na zona sul, onde existem 312 unidades produtivas de agricultura familiar, áreas de mananciais e um conjunto de Unidades de Conservação como Parques Naturais e as Áreas de Proteção Ambientais Municipais (APAs) Capivari-Monos e Bororé-Colônia. No entanto, como diversas outras áreas periféricas, há uma escassez de oportunidade de trabalho na região, ocasionando a evasão populacional.

A cidade de São Paulo pode ser considerada uma metrópole, com mais de 20 milhões de habitantes, possui mananciais que abastecem 5,6 milhões de pessoas e uma das maiores florestas urbanas do mundo. A mancha urbana possui 2220 km² que é circundada por áreas de relevância ambiental. A zona rural da cidade de São Paulo, corresponde a 28% do território e a maior parte está no extremo sul, dos quais 420 km² são zonas cultiváveis. Aproximadamente 400 mil pessoas vivem na zona rural e 84% das famílias recebem até dois salários-mínimos.

Considerando as potencialidades da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo, há um crescente interesse da gestão pública, para que as ações e intervenções futuras contribuam para o trabalho e garantam o acesso à renda, à educação e aos alimentos.

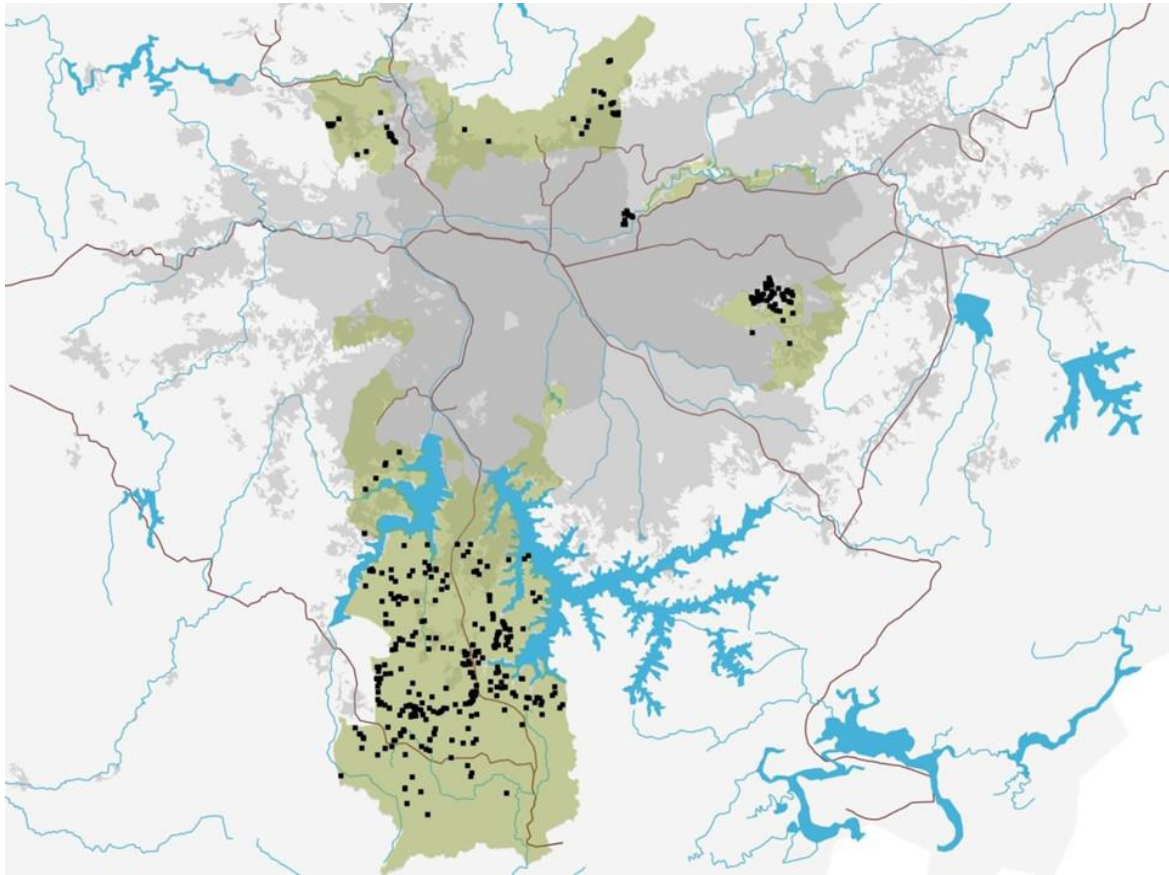
Segundo Portes (2016) a região do extremo sul de São Paulo, em Parelheiros, concentra a maioria das unidades de produção agrícola – UPAs, em propriedades de menos de 10 hectares onde são desenvolvidas atividades que vão desde a horticultura, extração mineral e vegetal ao ecoturismo e turismo rural.

Esse território tem a maior parte da área coberta por reservas ambientais de Mata Atlântica, nessa região está localizada a APA Municipal Capivari-Monos, criada pela Lei Municipal nº 13.136/2001, e a APA Municipal do Bororé-Colônia, criada pela Lei Municipal nº 14.162/2006.

Conforme o mapa nº 01, é possível observar que há um protagonismo da agricultura familiar nessas áreas da cidade.

Nesse sentido a agricultura urbana e periurbana é uma alternativa sustentável para essa região, no entanto, o produtor por vezes encontra dificuldades para manter a produção e a comercialização. Por outro lado, há uma crescente demanda por produtos saudáveis. Conforme lei federal nº 11.947/2009, 30% da alimentação escolar deve ser proveniente da agricultura familiar. Contudo, essas informações não são acessadas pelos pequenos produtores locais, devido ao acesso de informações.

Em 2011, a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (COOPERAPAS), assinou um protocolo de boas práticas ambientais com a Prefeitura de São Paulo, com objetivo de cessar o uso de agrotóxicos e adubos químicos na região, a parceria também evitaria que essas áreas cultiváveis fossem tomadas pela urbanização informal, colocando em risco a segurança hídrica da cidade. No entanto, os agricultores também encontraram dificuldade quanto a falta de experiência cooperativista. E apenas em 2015, com o apoio da Casa de Agricultura de Parelheiros, a cooperativa regularizou a documentação necessária pra iniciar suas atividades efetivamente.



Mapa nº 01: Unidades de Produção Agrícolas em São Paulo.
Fonte: Secretaria do Trabalho

Dentro desse contexto, foi criado em 2016, pela prefeitura de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e em conjunto com outras secretarias e órgãos municipais, o projeto Ligue os Pontos. Esse projeto tem como focos, iniciativas relacionadas à produção de alimentos, ao uso do solo na região e à condição de vulnerabilidade social dos habitantes da zona rural, propondo formas de integração das ações para desenvolver a cadeia de valor da agricultura local e a criação de uma economia circular com maior valor agregado.

Para enfrentar alguns dos desafios intersetoriais relacionados aos territórios mais periféricos da Cidade, o projeto Ligue os Pontos foi estruturado por meio da contribuição e apoio das secretarias municipais de Trabalho e Empreendedorismo, Educação, Verde e Meio Ambiente, Relações Internacionais, Inovação e Tecnologia, Assistência e Desenvolvimento Social e do diálogo constante com outros agentes atuantes. Devido a essa característica, o projeto possui a capacidade de articular várias necessidades da cidade.

Considerada uma iniciativa inovadora para estabelecer uma relação sustentável entre as áreas urbana e rural a partir dos diversos pontos envolvidos na cadeia da agricultura que inclui a segurança alimentar, o desenvolvimento urbano, ambiental, trabalho e empreendedorismo sustentável, alimentação escolar e resíduos sólidos, além de aprimorar suas relações com o meio rural e urbano.

Conforme a Secretaria de Gestão Urbana do Município, o projeto literalmente liga os pontos na cadeia de valor da agricultura do território, pois os agricultores seriam encorajados a



permanecer em suas terras, devido a produção ser mais rentável e incentivados a expandir a produção. Diante das experiências bem-sucedidas de economia solidária, compartilhadas com tecnologia, o movimento crescente em prol da alimentação saudável e sustentabilidade e de preservação ambiental, as ações do poder público incentiva também iniciativas da sociedade civil.

O projeto Ligue os Pontos, atua em parceria com coletivos que influenciam diretamente as comunidades locais e que priorizam alimentos orgânicos. Alinhados a esta proposta, os coletivos oferecem alimentos orgânicos e contribuem para eliminação dos desertos alimentares em periferias de São Paulo.

A Casa Ecoativa, na Ilha do Bororé e a Agência Popular Solano Trindade, em Campo Limpo, são coletivos que trabalham na perspectiva de impactar quase dois milhões de moradores dos bairros do extremo sul e região sudoeste da capital.

A Casa Ecoativa é um coletivo eco-cultural, participativo, multidisciplinar e transversal, que promove o acesso à cultura e a práticas sustentáveis. Está localizado dentro da APA Bororé-Colônia, na Ilha do Bororé e dentre outros objetivos, promove a agroecologia, atividades culturais e o desenvolvimento da comunidade através da preservação da biodiversidade local. O projeto comercializa cestas de alimentos orgânicos, com valor acessível e em 2018 atingiu duas toneladas de produtos cultivados no extremo sul da cidade, conforme enfatiza a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (2019).

A Agência Popular Solano Trindade é um empreendimento cultural desenvolvido por jovens que possuem ações culturais no Campo Limpo e Capão redondo, na zona sul de São Paulo. A agência incentiva a economia solidária, através da produção e difusão da cultura popular, gerando trabalho e renda para as comunidades com alto grau de vulnerabilidade social. Entre as inúmeras iniciativas, têm como eixo central o investimento cultural, conscientização e a alimentação saudável.

Ambas iniciativas, são aliadas do projeto Ligue os Pontos, intermediando o abastecimento a quase 2 mil consumidores na zona sul da capital.

Segundo a Secretaria de Gestão Urbana do Município, esses são exemplos de coletivos, que são fundamentais para o avanço do projeto Ligue os Pontos e para o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana na Cidade de São Paulo.

5. Conclusões e Considerações Finais

No início desta pesquisa foi citado que a alimentação é um direito humano fundamental e por isso uma condição inalienável dos povos (DUDH, 1948). No entanto, esse Direito é violado cotidianamente, inclusive nas áreas urbanas e periféricas das cidades. Nesse cenário, a agricultura periurbana surge a princípio, como fonte alternativa de subsistência.

Verifica-se que a agricultura sempre esteve presente nas áreas urbanas e periurbanas, contudo, conforme Valdiones (2013), o apoio da gestão pública, a este tipo de atividade é recente, se comparado ao tempo de existência de experiências de agricultura urbana e periurbana desenvolvidas pela sociedade civil.

Com a aprovação do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo em 2014, buscou-se uma série de diretrizes para orientar o desenvolvimento e o crescimento da cidade até 2030. A promoção à atividade agrícola urbana aparece, no plano em vários capítulos da legislação, ampliando os olhares sobre a cidade e revelando a existência de “espaços agrícolas” em área considerada altamente urbanizada.



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



Foi apresentado aqui o projeto mais recente e em vigor, o Ligue os Pontos, que incentiva a atividade agrícola na região periurbana da região sul da Cidade de São Paulo e foi possível verificar as estratégias que o projeto apresenta, conectando vários atores da gestão pública e sociedade civil.

Os dois projetos apresentados nesta pesquisa, A Casa Ecoativa, na Ilha do Bororé e a Agência Popular Solano Trindade, em Campo Limpo, extremos da região Sul e sudoeste do município de São Paulo, são exemplos de coletivos parceiros do projeto Ligue os pontos.

Verifica-se que a agricultura praticada no perímetro da Cidade, gera alimento, trabalho e renda e beneficia indiretamente outras famílias e a comunidade onde está inserida. Além disso, incentiva o desenvolvimento local a possibilita entre vários fatores, a economia solidária, a educação ambiental, alimentar e a autonomia. Nesse sentido, as atividades agrícolas desenvolvidas nas periferias, exercem função social, contribui com a Segurança Alimentar e Nutricional promovem o equilíbrio social, econômico, a proteção ambiental e um desenvolvimento sustentável (MACHADO; MACHADO, 2002)

A prática agrícola, também contribui para o fortalecer vínculos sociais onde por vezes as pessoas permanecem no isolamento. Conforme Santandreu e Lovo (2007) a partir da prática de agricultura, algumas pessoas ficam motivadas a participar de dinâmicas comunitárias para resolver problemas na comunidade. Dessa forma, confirma-se que a agricultura urbana e periurbana possui potencial para além da alimentação

No entanto, foi constatado que a produção de alimentos, ainda não é muito atrativa, e o poder público por vezes, são resistentes e demoram a identificar as vantagens que a agricultura urbana pode proporcionar.

Constata-se que, mesmo na Cidade de São Paulo onde há uma legislação favorável a prática agrícola urbana e periurbana, os agricultores urbanos, ainda encontram dificuldade e desafios, seja no âmbito estrutural, captação de recursos, acesso a microcréditos, entre outros.

Nesse sentido, conclui-se que o incentivo da gestão pública para o desenvolvimento da agricultura periurbana, ainda é frágil e enfrenta desafios para a sua efetivação, enquanto política social com rebatimento nas políticas urbanas. Os impactos dessa atividade agrícola urbana, são comprovados, mas devem estar atreladas a outras ações que busquem a resolução desses e de outros desafios contemporâneos.

“O ato de comer é uma ação social com sentido capaz de gerar novos valores e modos de vida sustentáveis” (RIBEIRO; JAIME, 2017).



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



6. Referências Bibliográficas

ALLEN, A. (2006). *Experiências Internacionais de Articulação entre o Planejamento Ambiental e a Interface Rural-Urbana*. In Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais / Marília Steinberg et alli. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (2007). *Agricultura Orgânica em Áreas Urbanas e Periurbanas com Base na Agroecologia*. Ambiente e Sociedade. Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000100009> Acessado em 20 abril de 2019.

BRASIL, UNESCO. (1998) *Declaração Universal Dos Direitos Humanos*. Publicado Brasília 1988. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acessado em 10 abril 2019.

COUTINHO, M, N; MOURA C. H, S. (2011). *Agricultura Urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade*. Revista Geografias, v. 7, nº 2, p. 81-97.

DRESCHER, A. W.; JACOBI, P.; AMEND, J. (2000). *Segurid Aelementaria Urbana – agricultura urbana, una respuesta a la crisis?* Revista de Agricultura Urbana, La Habana, nº 1, p.8-10.

FAO. (1999). *Issues in Urban Agriculture* – Studies suggest that up to two-thirds of city and peri-urban households are involve in farming. <<http://www.fao.org/ag/magazine/9901ap2.htm>>. Acessado em: 12 de abril de 2019.

GIACCHÈ, G., PORTO, L. (2015). *Políticas Públicas de Agricultura Urbana e Periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas*. In Informações Económicas, IEA, São Paulo.

GIL, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5.ed.). São Paulo: Atlas.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. D. T. (2002). *Agricultura Urbana*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.

PORTE, B. (2016). *Integração Urbana e Rural: A Agricultura urbana e periurbana em São Paulo*. <<http://ipiu.org.br/integracao-urbana-e-rural-a-agricultura-urbana-e-periurbana-em-sao-paulo/>> Acessado em 22 de maio de 2019.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). *Caderno de Orientação para a 1º Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NOVACARTILHA.pdf>> Acessado em 16 de maio 2019.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. *Alimentação e sustentabilidade*. Estud. av., São Paulo. v. 31, nº 89, p. 185-198, Apr.2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103->



VIII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability
ISSN: 2317-8302

8TH INTERNATIONAL CONFERENCE



[40142017.31890016.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100185) <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100185> Acessado em: 14 de maio 2019.

SANTANDREU, A. e LOVO, I. (2007). *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras*. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf> Acessado em 06 março de 2019.

SÃO PAULO. (MUNICÍPIO). *Gestão Urbana*. <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>>. Acessado em 19 de maio de 2019.

SÃO PAULO. (MUNICÍPIO). *Gestão Urbana. Coletivos conectam consumidores da periferia a alimentos orgânicos* <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/coletivos-conectam-consumidores-da-periferia-a-alimentos-organicos/>> Acessado em 20/05/2019

SÃO PAULO. (MUNICÍPIO). *Projeto Ligue os Pontos*. <<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/projeto/missao-e-objetivos>>. Acessado em 18 de maio de 2019.

SÃO PAULO. (MUNICÍPIO). *Lei Municipal nº 13.727, de 13 de janeiro de 2004*. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no Município de São Paulo e define suas diretrizes. <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13727-de-12-de-janeiro-de-2004/detalhe>> Acessado em 22 de maio de 2019.

SÃO PAULO. (MUNICÍPIO). *Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014*. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e define suas diretrizes. <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>> Acessado em 20 de maio de 2019.

VALDIONES, A. P. G. *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Município de São Paulo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi: 10.11606/D.100.2013.tde-04112013-162810 <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-04112013-162810/pt-br.php>> Acessado em 20 de maio de 2019. Acessado em 20 de maio de 2 de abril de 2019.